

## **DISTINÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS & ABERTURA E DENSIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS**

Solange Vaz dos Reis<sup>(\*)</sup>

Cumpre, num primeiro momento, esclarecer que normas são o gênero do qual os princípios e regras são espécies. Assim, as normas de um sistema tanto podem revelar-se sob a forma de princípios como sob a forma de regras. Deve-se, pois, abandonar a distinção tradicional entre normas e princípios.

Para se distinguir regras de princípios são utilizados alguns critérios a seguir transcritos:

a) grau de abstração — os princípios são normas que possuem grau de abstração maior que as regras;

b) grau de determinabilidade na aplicação ao caso concreto — os princípios, por serem vagos e indeterminados, não têm aplicação direta. Para serem concretizados é necessário que tenha uma regra aplicável ao caso concreto;

c) caráter de fundamentabilidade no sistema das fontes de direito — os princípios exercem papel fundamental no ordenamento jurídico em face de sua posição hierárquica. Pode-se dizer, então, que estão num patamar superior às regras;

d) proximidade da idéia de direito — os princípios são padrões de justiça; já as regras podem ser normas vinculativas com conteúdo meramente funcional;

e) natureza normogenética — os princípios são fontes de elaboração das regras.

Para se chegar à distinção entre regras e princípios, há que se analisar as diferenças qualitativas entre eles:

— os princípios são compatíveis com vários graus de concretização, consoante os condicionamentos fáticos e jurídicos; as regras impõem, permitem ou proíbem;

---

(\*) Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

— os princípios constituem exigências de otimização, permitem o balanceamento de valores e interesses; a regra deve ser cumprida na exata medida de suas prescrições;

— em caso de conflito, os princípios admitem ponderação; as regras contraditórias são insuscetíveis de validade simultânea;

— os princípios suscitam problema de validade e “peso”; as regras, apenas de validade.

Feitas essas considerações, podemos compreender a Constituição como um sistema aberto de regras e princípios que, por meio de processos judiciais, procedimentos legislativos, administrativos e iniciativas do cidadão, transforma-se de *law in the books* para *law in action*. Esse é o sistema ideal. Exclui o sistema somente de regras, o qual necessita de legislação exaustiva e completa (legalismo), e o sistema somente de princípios, que por sua vez é por demais indeterminado.

#### 1 — Tipologia de princípios e regras

##### 1 — Tipologia de princípios:

— princípios jurídicos fundamentais — proibição do excesso de poder (proporcionalidade, razoabilidade), publicidade dos atos jurídicos, acesso à justiça;

— princípios políticos constitucionalmente conformadores — opções políticas do constituinte: forma de estado, princípios da ordem econômica, forma de governo;

— princípios constitucionalmente impositivos (normas programáticas) — desigualdades na distribuição de riqueza — vinculam o legislador;

— princípios-garantia — reserva legal, juiz natural, *in dubio pro reo*.

##### 2 — Tipologia de regras:

— normas constitucionais organizatórias e normas materiais (tal distinção mostra-se ultrapassada, uma vez que, hoje, todas as normas possuem conteúdo material).

##### *Regras jurídico-organizatórias:*

a) regras de competência;

b) regras de criação de órgãos;

c) regras de procedimento (processo legislativo).

*Regras jurídico-materiais:*

- a) regras de direitos fundamentais;
- b) regras de garantia institucional — regras de proteção da família, do casamento, da educação, da maternidade;
- c) regras determinantes de fins do Estado;
- d) regras constitucionais impositivas (ordens de legislar — dever concreto e permanente, materialmente determinante, dando origem à omissão constitucional).

II — *O sistema interno de regras e princípios*

A Constituição constitui-se num sistema interno assento em princípios estruturantes fundamentais, que, por sua vez, assentam em subprincípios e regras constitucionais concretizadoras desses mesmos princípios.

Os princípios estruturantes são constitutivos e indicativos de idéias diretivas básicas de toda a ordem jurídico-constitucional. Como exemplo temos os princípios democrático e do Estado de Direito.

Esses princípios ganham concretização por intermédio de outros princípios (ou subprincípios). São estes princípios que “densificam” os princípios estruturantes, iluminando o seu sentido jurídico-constitucional, formando ao mesmo tempo, com eles, um sistema interno. Assim, por exemplo, o princípio do Estado da legalidade da Administração.

Os princípios estruturantes também são concretizados por regras constitucionais. Assim, as normas que garantem os direitos econômicos, sociais e culturais, densificam o princípio da socialidade que, por sua vez, concretiza os princípios democráticos na sua dimensão de democracia econômica, social e política.

Podemos, então, estabelecer o seguinte esquema:

*Princípios estruturantes*  
*Princípios constitucionais gerais*  
*Princípios constitucionais especiais*  
*Regras constitucionais*

Esse esquema não se desenvolve apenas numa direção, de cima para baixo, ou seja, dos princípios mais abertos para os princípios e normas mais densos, ou de baixo para cima. A formação do sistema interno se consegue mediante um processo biunívoco, de “esclarecimento recíproco”. Os princípios estruturantes ganham densidade e transparência por meio de suas concretizações (em princípios gerais, princípios especiais ou regras), e essas formam com os primeiros uma unidade material (unidade de constituição). Todos esses princípios e regras poderão ainda obter

maior grau de concretização e densidade mediante concretização legislativa e jurisprudencial.

### III — *Densidade e abertura das normas constitucionais*

Para se analisar as normas constitucionais sob o ponto de vista da abertura vertical, que é também objeto do presente estudo, deve-se ter em vista o caráter geral e indeterminado de muitas normas constitucionais, que, por serem genéricas, abrem-se à mediação legislativa concretizadora.

Surge, aqui, o problema de se saber quais são as normas constitucionais abertas e quais são as normas constitucionais densas, bem como a necessidade de saber o que é “abertura” e o que é “densidade”.

A abertura de uma norma constitucional significa, sob ponto de vista metodológico, que ela comporta delegação relativa nos órgãos concretizadores; a densidade, por sua vez, aponta para a maior proximidade da norma constitucional relativamente aos seus efeitos e condições de aplicação.

Quanto à questão de se saber quais normas são abertas e quais são densas, podemos dizer que há uma tendência a assinalar a abertura das normas constitucionais por assunto:

- 1) sobre os quais há um consenso geral;
- 2) em relação aos quais é necessário criar um espaço de conformação política; e
- 3) em relação aos quais podem ser justificadas medidas corretivas ou adaptadoras.

Já a densidade das normas constitucionais impõem-se:

- 1) quando há necessidade de tomar decisões inequívocas em relação a certas controvérsias;
- 2) quando se trata de definir e identificar os princípios identificadores da ordem social; e
- 3) quando a concretização constitucional imponha, desde logo, a conveniência de normas constitucionais densas.

Bibliografia: CANOTILHO, J. J. Gomes. *Curso de Direito Constitucional*.  
BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*.